

24 NOV 1987.

Por enquanto, seis adesões de bancos

por Maria Clara R.M. do Prado
de Brasília

Apenas seis bancos credores haviam, até ontem, aderido ao acordo interino que prevê empréstimos-ponte de US\$ 3 bilhões como esforço para financiar parte dos juros retidos este ano, em função da moratória decretada em 20 de fevereiro. A informação foi colhida por este jornal junto ao Banco Central, mas, a despeito do pequeno número de interessados, existe no governo a expectativa de que nos próximos dois dias cresça a quantidade de adesões ao entendimento acertado na noite de 5 de novembro pelo negociador da dívida externa brasileira, Fernão Bracher, com o comitê de bancos credores.

A data-limite para que os bancos venham a receber, da parte do governo brasileiro, o prêmio de 0,125% em troca de uma adesão rápida, expira em 26 deste mês, quinta-feira próxima. Esta taxa de incentivo incide sobre o custo de empréstimo que vai variar em função da "Libor" — a taxa interbancária de Londres —, com um "spread" de 0,875% e comissão fixa de 0,125%.

Para os bancos que entrarem no acordo depois do dia 26, mas antes do dia 2 de dezembro, o benefício será mais baixo, de 0,0625%. Aqueles que aderirem depois do dia 2 de dezembro deixam de receber qualquer tipo de prêmio. De todo modo, expira em 8 de dezembro o prazo final para que os bancos manifestem formalmente sua intenção de comprometer, através de ordem de pagamento ao Banco Central, um total de US\$ 3 bilhões.

Dois fontes do governo, consultadas ontem por este jornal, indicaram confiança no aumento de adesões da parte dos credores privados ao acordo provisório, na medida em que se aproxima o dia 26. "Muitos acabam decidindo na última hora", conforme colocou uma destas fontes, que acompanha todo o cenário e espera que as resistências dos europeus e japoneses sejam contornadas

através de um trabalho de convencimento não só da parte do governo brasileiro, mas também do próprio comitê assessor da dívida externa.

Caso a adesão atenda às expectativas, os juros da dívida externa voltariam a ser formalmente pagos em torno do dia 14 de dezembro envolvendo a soma de US\$ 1 bilhão, referentes ao serviço devido em outubro e novembro.

O Brasil entraria com US\$ 333 milhões de dinheiro de suas reservas, enquanto os bancos fariam desembolsos de US\$ 666 milhões já beneficiado com a taxa de incentivo de 0,125% para aqueles que tenham aderido até quinta-feira desta semana. Mais US\$ 500 milhões dizem respeito aos juros de dezembro e este valor seria pago ao final daquele mês: US\$ 166 milhões saem das reservas do País e US\$ 334 milhões de refinanciamento bancário.

De todo o modo, o governo brasileiro reinicia na segunda-feira da próxima semana as conversas com os credores em torno do refinanciamento de parte dos juros que vencem em 1988 e em 1989. Os valores anteriores, que indicavam para a necessidade de refinanciamento da ordem de US\$ 3 bilhões para o ano que vem e de US\$ 3,1 bilhões para o ano seguinte, estão sendo revistos, a partir das mudanças introduzidas no modelo econômico simulado para os próximos dois anos. Por sugestão dos próprios bancos credores, este modelo passa a considerar a taxa de crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) como uma variável que fica na dependência de outras variáveis como poupança externa e poupança interna. Algumas hipóteses, já definidas, também precisam ser revistas como a taxa de crescimento da economia mundial, a taxa internacional de juros e a taxa de expansão do comércio mundial, porque delas depende a trajetória do saldo comercial e o custo de carregamento da dívida externa.

As discussões com o co-

mitê assessor serão retomadas pelo assessor do ministro da Fazenda para assuntos de dívida externa, Fernão Bracher, e pelo diretor de dívida externa do Banco Central, Antônio de Pádua Seixas. A expectativa é fechar até o dia 15 de janeiro o acordo em torno do refinanciamento dos juros dos próximos dois anos. Mas o plano global de reestruturação da dívida, envolvendo amortizações que já foram negociadas em acordos anteriores (a partir do ano que vem começa a vencer o período de carência negociado com os credores em 1983), deve demorar no mínimo seis meses para ser fechado.

As conversas com os bancos, segundo informou a este jornal uma fonte do Banco Central, vão se desenvolver paralelamente às negociações com o Fundo Monetário Internacional (FMI) com vistas a um acordo do tipo "stand-by" que, em princípio, seria de um ano e meio. Além de pretender desvincular os contratos, o governo brasileiro pretende negociar com o Fundo de modo a que as metas sejam fixadas por semestre e não trimestralmente, como é a praxe daquele organismo.

Outra novidade é a compartimentação da dívida. O Brasil quer deixar claro, nos entendimentos em torno do acordo externo, que o dinheiro do FMI seria usado apenas para recomposição de reservas internacionais, que o dinheiro do Banco Mundial será destinado especificamente para financiar projetos de desenvolvimento, que os recursos novos eventualmente ingressados a partir de um acordo com os governos credores (no âmbito do Clube de Paris) teriam a função explícita de financiar a importação de bens de capital e, aos bancos credores, portanto, seria garantido que o dinheiro novo comprometido se destinaria especificamente a cobrir pagamento de juro da dívida de médio e longo prazos assumida junto às instituições privadas de crédito.